

O PAPEL DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DO TERCEIRO SETOR

Cristina Carvalho Alves Lima

Edson de Souza Viana

José Amaro da Silva

Vanderlei Ferreira de Sena

Vivian Glauce Conceição de Jesus

RESUMO

Este presente estudo tem como objetivo evidenciar caracterizar a contribuição da contabilidade para o Terceiro Setor, deslocando pela trajetória deste setor e efetivando a contabilidade como ferramenta, exemplificando conceitos e leis que à norteiam, ofertamos também as descrições de demonstrativos e balancetes que nos dão a base da aplicação da mesma perante as entidades sem fins lucrativos, trazendo a clareza das transações fazendo-as alçar avidamente na economia social do Brasil, chegando à conclusão que a contabilidade e sua mensuração como ferramenta tornou se a condução do Terceiro Setor ao status quo obtido hoje, ajudar na inclusão econômica social e política, gerando renda, emprego e consumo. Estes apontamentos foram norteados através de pesquisa literária.

Palavras-chave: Contabilidade. Demonstrativos. Entidades. Organização. Terceiro Setor.

1. INTRODUÇÃO

Na teoria a contabilidade é uma ciência social que estuda e coloca em prática funções de registro e controle relativas a atos e fatos da economia e da administração. De forma específica, estuda e controla o patrimônio das empresas por meios de registros contábeis dos fatos e suas respectivas demonstrações de resultados produzidos. Auxiliando, portanto, no processo de administração das empresas, tendo papel crucial na tomada de decisões.

Diante do contexto surge a seguinte situação problema: Como a contabilidade pode contribuir para a gestão das entidades do Terceiro Setor?

Tendo como objetivo geral evidenciar como a contabilidade pode contribuir para a gestão das entidades do Terceiro Setor, no seu crescimento, pontuação, ações e direções. Contando

como objetivos específicos: Descrevendo conceitos, apresentando as principais características da contabilidade e evidenciando as contribuições geradas por meio da contabilidade junto ao Terceiro Setor.

À importância dessa pesquisa está em mostra o papel da contabilidade de no Terceiro setor e efetivar suas funções e demandas, trazendo também a relevância e contribuição que o terceiro setor ampara na sociedade como um todo, principalmente na economia, cultura, saúde e educação. Destacando a altives da contabilidade no Terceiro setor, que com suas bagagens faz com que este se destaque na plataforma socioeconômica mundial.

Na elaboração da pesquisa é necessário escolher uma metodologia, onde nela se exporta as ideias de forma lógica e coerência. essa escolha e de suma importância para a elaboração do trabalho, tendo como primeiro desafio a escolha do tema que foi feita com a elevação do crescimento do terceiro setor onde surgiu: O PAPEL DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DO TERCEIRO SETOR.

Com o tema já definido o próximo passo foi definir o método de pesquisa que irá criar meios de como expor as ideias sem fugir do tema central, classificando esse trabalho científico como uma pesquisa bibliográfica, considerando os objetivos e a abordagem do problema, onde foi realizada pesquisa a partir de materiais já existentes em livros, internet, leis e normativas.

Baseado do estudo esta pesquisa procurou analisar como a contabilidade pode auxiliar no processo de transparência das entidades do Terceiro Setor, processo das aplicações dos recursos e seus destinos no serviço prestado que a mesma se propões com sua missão, obedecendo os princípios contábeis e as normas brasileiras da contabilidade sempre.

2. TERCEIRO SETOR

O terceiro setor consiste, basicamente, em organizações cujos objetivos principais são sociais em vez de econômicos. A essência do setor engloba instituições de caridade, organizações religiosas, entidades voltadas para as artes, organizações comunitárias, sindicatos, associações profissionais e outras organizações voluntárias (OLIVEIRA. 2014, p.27).

O nos descreve sobre o crescimento do trabalho desenvolvido por organizações do terceiro setor, elevando seus administradores a se ocupar de questões que antes poucos interesses despertavam. É a assim que centenas de problemas fiscais e trabalhista incomuns no passado,

passaram a ser a tônica dessas entidades nos últimos tempos, trazendo também o como as entidades de interesse social, citam as fundações e associações que podem ser constituídas de maneira jurídica, mas ainda assim não possuem finalidade lucrativa e sim apenas ter o objetivo de atender as necessidades da sociedade.

Entretanto a sociedade civil é dividida em três setores, primeiro, segundo e terceiro. O Primeiro Setor é formado pelo governo, o Segundo Setor é formado pelas empresas privadas e o Terceiro Setor são as associações sem fins lucrativos, ele contribui para chegar a locais onde o Estado não consegue chegar, com ações solidárias, possui um papel fundamental na sociedade.

Formado por associações e entidades sem finalidade lucrativa, tendo o nome de origem americana, Third Sector, o Terceiro Setor que não é classificado como entidade pública e nem privada, mais sim conhecida como organizações não governamentais e é tratada como iniciativa privada.

No Brasil, as entidades do terceiro setor pode ser também representadas pelas Organizações não Governamentais (ONGs) que desenvolvem iniciativas e ações voltadas para o desenvolvimento social, mudanças sociais e significativas para a população.

Historicamente, o termo “Terceiro Setor” foi empregado pela primeira vez na década de 1960, relacionado as agências do governo que desenvolveram programas sociais em prol da população.

Landim (1993, p.33 apud SLOMSKI et al., 2012, p.5) menciona que a expressão “Organização não governamental (ONG)” surgiu no Brasil na década de 1980, como as entidades pioneiras deste movimento no país.

Pimenta (2006, p.2) cita que o Terceiro Setor surgiu:

Como espaço o especial da reflexão entre fatos e ações, de inflexão dos interesses gerais e particulares, do público e privado, do governamental e não governamental. A sua base tem sido a conexão efetivada entre a “falência do Estado”, na expressão de Bourdieu, e o aprofundamento da exclusão social e política decorrente do processo de globalização, o que permite a análise crítica de sua dinâmica.

A partir deste contexto, entende-se que o terceiro setor nada mais é do que uma conjunção do primeiro e segundo setor, pois possuem a mesma configuração do estado e de empresas variadas.

Como vem se destacando nos últimos anos, exercendo funções cada vez mais relevantes na sociedade o terceiro setor vem ganhando mais investimentos de entidades privadas, mais recursos, contribuições e benefícios do governo. com isso vem a importância que essas entidades têm de divulgar os seus demonstrativos com clareza e precisão, buscando transparência de sua gestão através dos demonstrativos contábeis.

Nesse contexto a contabilidade é utilizada como instrumento de gestão para mensurar seus recursos e destinações, proporcionando uma confiança para o aumento de números de doadores para continuidade das atividades nas entidades.

Para se chegar a uma definição clara e objetiva foram realizados alguns estudos sobre o que são organizações do terceiro setor pois existem muitas organizações que fazem parte deste segmento da economia.

Podendo ser definido como entidade não governamentais, que não visa lucro, o terceiro setor são sociedades civis, privadas com o objetivo principal promover o bem-estar social desenvolvendo serviços de interesse público, de caráter filantrópico, baseado nas práticas de caridade e solidariedade ao próximo, todas voltadas para garantir o direito de cidadania e de vida melhor e mais digna.

Regida pela lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 as Organizações Sociais (OS) e pela lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 as Organizações das Sociedades Civil de Interesse Público (OSCIPs). Ambas sem-fins lucrativos, são de direito privado e podem se beneficiar de recursos públicos, porém são destinadas, pois as organizações sociais não podem ser qualificadas com OSCIPs.

Leis das OSCIPs, diz que pode ser classificada como organizações sociais as pessoas jurídicas com direito privado, sem fins lucrativos, que atividade seja na área de ensino, de desenvolvimento tecnológico, pesquisa científica, cultura, saúde e preservação do ambiente.

De acordo com Olak e Nascimento (2010, p. 16):

Pela lei da OSCIPs podem ser qualificadas como tais aquelas cujo objetivo sociais tenham, pelo menos uma das seguintes finalidades: Promoção da assistência social; Promoção da cultura a defesa e conservação do

patrimônio histórico e artístico; Promoção da segurança alimentar e nutricional; Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; Promoção do voluntariado, do desenvolvimento econômico e social e do combate à pobreza; Experimentação, não lucrativa e de novos modelos de produção, comércio, emprego e crédito; Promoção de direitos, construção de novos direitos e assessorias jurídicas gratuitas e de outros valores universais; Estudo, pesquisa, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos referentes as atividades acima.

As organizações do Terceiro Setor têm assumido um papel relevante na economia mundial, desde seu surgimento até os dias atuais desenvolvendo em papel socioeconômico de fundamental importância para a sociedade.

Prestando diversos tipos de serviços cada vez mais, com investimentos maiores que as entidades do terceiro setor tem conseguido ao longo do tempo. Necessitando assim que sua gestão, seus resultados econômicos e financeiros sejam mais bem demonstrados aos seus usuários investidores. Para não ter dúvidas no que diz respeito a destinação dos recursos que lhe foram doados, podendo ocorrer continuidade de recebimento de tais recursos e conseqüentemente dos serviços prestados pelas entidades.

Então surge uma enorme necessidade de controlar o patrimônio e evidenciar os seus resultados econômicos, com o crescimento das organizações do terceiro setor, e a contabilidade que possibilita essa transparência de gestão.

Com a contabilidade se tem uma forma de avaliar o patrimônio das entidades e suas mudanças ao longo do tempo, através de seus demonstrativos, relatórios contábeis e nas explicativas, auxiliando os seus conceitos e respeitando os seus princípios, técnicas, métodos.

Embora não tenha como objetivo principal o lucro, as entidades do terceiro setor, utilizadas pelas demais organizações, entidades governamentais e as que visam lucro ocorrendo apenas a modificações de algumas contas no plano de contas contábil.

Com características que o diferencia dos outros dois setores, o terceiro setor vem com o objetivo social e não econômico, serviços realizados por mão de obra voluntária e destinada a

população mais carente a maior, os objetivos da administração são decididos por seus membros e não tem distribuição de lucro para seus proprietários.

É de suma importância analisar quais são os demonstrativos contábeis que as organizações estão utilizando para o uso da prestação de contas das mesma e como instrumento na tomada de decisões por parte de seus gestores e como esses demonstrativos podem contribuir de forma relevante no crescimento delas dentro do contexto socioeconômico.

Assim foi mencionado que " o terceiro setor se classifica de acordo com o ramo de atividade que exerce, quando a origem dos recursos financeiros e materiais quanto a extensão dos benefícios sociais" (OLAK; NASCIMENTO, 2010). Podendo ser classificado sob vários aspectos o terceiro setor também é de suma importância que haja uma classificação para elas, visto a muitas dessas organizações nas sociedades que vão da área da saúde a educação.

Não existe nenhuma classificação em termo oficial para entidades do terceiro setor, pois elas podem ser classificadas sob vários aspectos. visto a muitas dessas organizações, exercendo atividades em várias áreas sociais. Para chegar a uma definição clara e objetiva sobre o que são organizações do terceiro setor, pois existe muitas organizações que fazem parte deste segmento da economia, foram realizados alguns estudos.

Terceiro setor pode ser definido como entidades não governamentais, que não visam o lucro, são sociedades civis, privadas com o objetivo principal promover o bem-estar social, desenvolvendo serviços de interesse público, de caráter e solidariedade ao público, baseados na prática de caridade e solidariedade ao próximo, todos voltados para garantir o direito de cidadania e de uma vida melhor e mais digna.

3. A CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR

A maneira de medir o aumento ou a diminuição de riqueza de cada indivíduo passa necessariamente pela contabilidade. É ela que fornece os princípios e as técnicas de mensuração da grandeza do patrimônio das pessoas físicas e principalmente das jurídicas. (PERERA, 2005, p. 4).

Nesse contexto a contabilidade e uma forma de avaliar o patrimônio de uma entidade e suas mudanças ao longo do tempo, através de seus demonstrativos, relatórios contábeis e notas explicativas, auxiliando na tomada de decisões, desde que seja conhecido os seus conceitos e respeitando os seus princípios, técnicas e métodos.

Sendo assim a contabilidade que se aplica ao Terceiro Setor não pode ser vista como uma obrigação das entidades com o governo ou algo proposto pelo estado, e sim como uma ferramenta benéfica que possui uma transparência de seus atos, de sua gestão, para não haver dúvidas questionamentos por parte dos investidores, possibilitando maior investimentos e parcerias dessa forma e por consequência o crescimento socioeconômico dentro da sociedade das entidades.

“Em 2006, relatórios de CPI no senado concluiu que são três os principais problemas nos convênios entre o governo e as entidades: falta de critério claros de escolha das organizações favorecidas, desvio de finalidade na execução dos contratos e ausência de fiscalização sobre os convênios. Todos continuam existindo”, Artigo político da revista Veja (29 out. 2011). Com o aumento significativo dessas entidades com o envolvimento delas em escândalos, tendo dificultado os processos de arrecadação de recursos dela, pois os doadores e investidores questionam sobre o destino dos recursos doados e a eficiência do trabalho desenvolvido pelas entidades.

O papel da contabilidade, é garantir o cumprimento das obrigações contábeis e fiscais, gerar demonstrações e relatórios financeiros e fornecer informações confiáveis sobre o patrimônio, tanto para agentes internos (diretores e sócios) quanto externos (governo, bancos, acionistas etc.).

Organizações não governamentais, fundações, associações e entidades filantrópicas têm enquadramentos jurídicos e tributários diferenciados. Para garantir a sustentabilidade dessas instituições e sua inserção na sociedade, o governo adota algumas ações de inserções e redução de tributos como:

- Alíquota de 1% sobre a folha de pagamento para recolhimento do PIS;
- Isenção do recolhimento do COFINS;
- Imunidade de contribuições sociais para entidades de assistência social;
- Imunidade de impostos sobre patrimônio, renda ou serviços.

Portanto, instituições do terceiro setor precisam comprovar a origem e a aplicação dos seus recursos para continuar gozando desses direitos.

Cabe a contabilidade esse papel de prestação de contas tornando sua gestão clara, transparente, mais eficiente e confiável. Esse trabalho vem com o objetivo de demonstrar o modo com o qual a entidade do terceiro setor vem buscando evidências de seus resultados econômicos com

o uso da contabilidade no aumento da transparência de gestão, estimulando a entrada de mais recursos dessa forma, mantendo a sustentabilidade destas entidades ao longo do tempo.

Para Olak e Nascimento (2010, p. 62):

No caso especificado das ESFL, considerando as características que lhe são pertinentes, é oportuno questionar se os mesmos critérios praticados nas empresas, tanto em termos de escrituração como de divulgação das demonstrações, são também aplicáveis a essas entidades.

Tendo características fundamentais no engajamento como saúde, educação, meio ambiente, entre outros. O trabalho das organizações não se dá sem muitas pesquisas, assim como nos demais setores, embasamento e apoio de financiadores que acreditam no seu potencial.

“Os princípios contábeis são os conceitos básicos que constituem o núcleo essencial que deve guiar a profissão na consecução dos objetivos das contabilidades”, conforme disse Iudícibus (2004, p.89).

Os princípios contábeis e baseado em normas que são capazes de nos informar, demonstrativos financeiros mais fiel com a real situação de uma entidade, facilitando também a interpretação contábil aos seus usuários diversos. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, as entidades do Terceiro Setor são aquelas em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido e o lucro ou prejuízo são denominados, respectivamente, de Superavit ou Déficit. A contabilidade do Terceiro Setor, essa mudança se dá também na nomenclatura das Demonstrações Contábeis determinadas pela NBC T3 (Norma que determina as Demonstrações Contábeis que devem ser elaboradas pelas Entidades).

Elas se diferenciam das outras organizações, em alguns aspectos contábeis. As demonstrações contábeis têm suas estruturas de acordo com a Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, e pelas NBC.

Em um determinado período, os demonstrativos contábeis fornecem informações financeiras e econômicas da situação patrimonial das entidades com ou sem fins lucrativos. A elaboração de tais demonstrativos é importante para as entidades, pois serve como instrumento de gestão administrativa e auxiliar os gestores das entidades na tomada de decisões.

Para Araújo (2005) "as demonstrações contábeis para o terceiro setor são estabelecidas de acordo com as normas emanadas do CFC":

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Déficit ou Superávit do Exercício;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas.

3-1. BALANÇO PATRIMONIAL

Com o Decreto nº2.356 de 6 de abril de 1998, e exigido que todos os demonstrativos financeiros contábeis sejam apresentados, para as entidades do terceiro setor receber o certificado de Entidade de Filantropia.

Para uma melhor compreensão do que foi visto acima apresento a seguir alguns demonstrativos e seus aspectos contábeis que são indispensáveis para as entidades do Terceiro Setor, possibilitando a evidenciação contábil da mesma.

O Terceiro Setor vem ocupando um papel muito importante no mundo social e econômico, os investimentos financeiros estão cada vez maiores nesse setor, com a necessidade de uma gestão mais transparente e eficaz, que é possível com o uso da contabilidade através da escrituração e elaboração dos demonstrativos contábeis.

O Balanço Patrimonial consiste em demonstrar de forma apropriada e com qualidade a situação patrimonial das entidades, com o sem finalidade lucrativa. Ele é um demonstrativo estático, pois evidencia de forma breve a situação financeira, econômica e patrimonial da organização em um determinado período.

3-2. DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT OU SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

Apresentando suas contas em valores monetários e devidamente denominadas e classificadas.

A classificação das contas que compõem o plano de contas das organizações do Terceiro Setor, não tem muita diferença comparada ao plano de contas das entidades dos outros setores, devemos levar em conta as particularidades que têm de uma entidade para outra na elaboração do plano de conta.

Ele é composto pelo ativo, passivo e o patrimônio líquido. No ativo são representadas todas as aplicações de recursos resultantes em bens e direitos da organização, no passivo são representados os recursos resultantes em obrigações de terceiros e no patrimônio líquido é

representado o superávit ou déficit do exercício. Para Iudícibus e Marion (2007, p. 162) o Balanço Patrimonial, “reflete a posição financeira em determinado momento, normalmente no fim do ano ou de um período prefixado”. A denominação de Patrimônio Social apresenta maior conformidade com a realidade das organizações do terceiro setor pelo fato do patrimônio pertencer à sociedade e não aos sócios.

Sendo um demonstrativo que evidências o resultado do exercício o DSDE, nele as entradas de recursos (Receita), e subtraída das saídas de recursos (Custo e Despesas), o resultado desta subtração e denominado de superávit que são as sobras, caso haja um valor positivo, e se for um valor negativo e denominado de déficit, que é a falta, quando os custos e as despesas forem maiores que as receitas.

E um demonstrativo muito importante para as entidades do terceiro setor, para evidenciar as ações dos gestores, considerando os resultados que foram obtidos e para onde foi destinado os custos e despesas na realização das atividades desenvolvidas pelo terceiro setor.

A DSDE, segundo Iudícibus e Marion (2007, p.172), “é a demonstração do resumo ordenado das receitas e despesas da organização em determinado período (12 meses). É apresentado de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e, em seguida, indica-se o resultado (superávit ou déficit)”. Todas as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado, independentemente de recebimento ou pagamento.

3-3. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

A DMPL demonstra porque as diversas contas do patrimônio líquido sofrem modificação durante um determinado período.

Por ser capaz de gerar informações sobre a movimentação ocorrida durante um determinado período nas contas que compõem o grupo do patrimônio líquido social esses demonstrativos e importante.

Composto por contribuições o patrimônio social das entidades do terceiro setor, como doações e subvenções, onde o contribuinte, o doador não têm como finalidade obter lucros econômicos, mais obter outro tipo de lucro, denominado de lucro social, lucro destinado para outros e não para si. Ela evidência, num determinado período, as mutações nos resultados acumulados da entidade. Para Campiglia, (1997 apud Araújo, 2005, p. 56) a DMPL sintetiza:

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar as mudanças verificadas nos elementos que compõem o patrimônio líquido [...] decorrentes de resultados da gestão de um exercício antecedente, comparadas com as do exercício subsequente [...] (CAMPIGLIA, 1997 apud ARAÚJO, 2005, p.56).

3-4. DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Esta demonstração é importante por que explicar as modificações ocorridas no patrimônio líquido durante o exercício.

Esse demonstrativo serve para mostra quais são as fontes, as origens do capital de giro e suas aplicações nos ativos da empresa. Nele também possibilita que a entidade do Terceiro Setor mostra a forma da origem e aplicação dos recursos, e pode determinar também a aplicação da política eficaz para melhor uso dos seus recursos disponível. Ele atualmente tem sido substituído pelo Demonstrativo do Fluxo de Caixa.

3-5. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa e o demonstrativo que consiste em evidência os fluxos financeiros, ele reflete as movimentações de dinheiro dentro da entidade, demonstrado a origem e aplicação do dinheiro que o caixa movimento em determinado período e qual o resultado desse fluxo.

Nas entidades do Terceiro Setor, o Fluxo de Caixa é muito útil, pois permite um melhor planejamento financeiro, com uma gestão melhor, determinando o melhor momento de buscar recursos de Terceiros para a manutenção e a continuidade da organização.

A DFC passou a ser exigida juntamente com as demais demonstrações pela atualização realizada na Lei nº 6.404/76.

Segundo Marion (1998, p. 381) “a Demonstração do Fluxo de Caixa, indica a origem de todo o dinheiro que entrou no caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do caixa em determinado período, e, ainda, o resultado do fluxo financeiro”. Ela tornou peça obrigatória, com a implantação da Lei nº 11.638/07.

3-6. NOTAS EXPLICATIVAS

Notas Explicativas serve para demonstrar quais foram os critérios utilizados pela contabilidade na elaboração dos demonstrativos contábeis e para esclarecer de uma forma mais simples o saldo de algumas contas que estão presentes nos mesmos. Auxiliando de forma posiciona análise da situação econômica e financeira das entidades do terceiro setor.

Com o aumento das entidades do Terceiro Setor nos últimos anos, surge a necessidade numa melhor prestação de contas por parte das entidades com os seus doadores, investidores, e é a contabilidade que traz uma maior transparência dos atos de gestão das entidades, sendo capaz de evidenciar de forma clara os resultados econômicos e financeiros de toda ou qualquer entidade, seja com ou sem finalidade lucrativa. O CFC descreve na NBC T 10.19.3.3, os itens que precisam conter nas notas explicativas das entidades sem fins lucrativos, pois ela tem um papel importante para as entidades filantrópicas, permitindo a divulgação das práticas contábeis adotadas e análise das atividades econômicas e financeiras da organização.

4. CONTRIBUIÇÕES GERADAS AO TERCEIRO SETOR

A contabilidade é uma forma de avaliar o patrimônio de uma entidade e suas mudanças ao longo do tempo, através de seus demonstrativos, relatórios contábeis e notas explicativas, auxiliando na tomada de decisões. Desde que seja conhecido os seus conceitos e respeito os seus princípios, técnicas e métodos.

Com base na Lei nº 6.404/76 a contabilidade das entidades do Terceiro Setor, lei das sociedades anônimas ou sociedades por ações e suas alterações trazidas na lei nº 11.941/2009.

Araújo (2005, p. 53), cita:

... as organizações de terceiro setor estão autorizadas a fazer uso de partes de lei das S.A.'s, no que se refere, principalmente, as demonstrações contábeis e a escrituração de suas operações. Pode-se inferir que a base legal para a prestação e divulgação das demonstrações contábeis encontra-se na lei nº 6.404/76.

Com o uso da lei das Sociedades Anônimas, lei nº 6.404/76 as escriturações contábeis e os demonstrativos das entidades do terceiro setor podem fazer o uso dela, para a elaboração dos seus demonstrativos financeiros, mais tem alguns autores que questionam se essa lei é suficiente para elaboração dos mesmos, visto que no Terceiro Setor possui características

idênticas aos demais setores, tendo como principal delas a não obtenção de lucro e sim de superavit ou déficit.

Segundo Araújo (2005) “os usuários das informações contábeis das entidades sem fins lucrativos são aqueles que aportam recursos a essas entidades”.

E essa maneira de administrar e gerenciar as informações faz com que as entidades do terceiro setor possam expandir suas parcerias a fim de alcançar o desenvolvimento de seus programas e projetos, contribuindo assim, para o aumento de serviços prestados ao próximo, para isto, a contabilidade precisa ser muito bem utilizada, extraindo as informações importantes para a tomada de decisão, pois só devem ser geradas informações se forem úteis.

As Normas Brasileiras da Contabilidade que regram as organizações do Terceiro Setor e a ITG 2002/2012, que 2015 foi alterada para a ITG 2002 (R1), que está em vigor agora. Visando o objetivo de estabelecer critérios e procedimentos específicos de avaliação de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidades sem finalidade de lucro.

Essa norma aplica-se as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, especialmente entidade imune, isenta de impostos e contribuições para a seguridade social, beneficente de assistência social e atendimento aos ministérios que, direta ou indiretamente, tem relação com entidades sem finalidade de lucros e, ainda, Receita Federal do Brasil e demais órgãos federais, estaduais e municipais.

Aplicando também a entidade sindicato, a qualquer associação de classe, as outras denominações que possam ter, abrangendo tanto a patronal como a de trabalhadores.

5. ANÁLISE DA CONTABILIDADE NO PROCESSO DE TRANSPARENCIA PARA AS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

A palavra evidenciar significa demonstrar, evidente significa claro, sendo assim, podemos dizer que a contabilidade se associa a palavra publicar, ou seja tornar público os demonstrativos contábeis.

De acordo com Iudícibus (2007), “a contabilidade e o grande instrumento de auxílio administrativo na tomada de decisão “. Pois coleta todos os dados econômicos, mensurando

monetariamente, registrando e resumindo em forma de relatório ou comunicado, que contribuem muito para a tomada de decisões.

Possuindo diversos usuários, com propósitos diferentes a contabilidade tem o objetivo de mostrar, dependendo da utilização e da informação para cada usuário, por isso a apresentação de relatórios diferentes com finalidades específicas são mais indicados.

Ela é recebida pelos usuários, que necessitam a contabilidade para a tomada de decisão através da comunicação. É a evidenciação contábil que permite essa comunicação entre as instituições e seus usuários da contabilidade e a comunicação total se dá quando a contabilidade dá um retorno ao usuário.

Dentro desse contexto administrativo e financeiro de gestão, podemos dizer que a informação contábil tem grande importância na manutenção da organização da entidade do Terceiro Setor. Pois é diante desses demonstrativos contábeis que as organizações vêm demonstrar o seu desempenho de sucesso ou fracasso.

A ciência contábil e seus relatórios consistem em uma ferramenta gerencial muito útil para qualquer tipo de entidade, auxiliando os gestores na tomada de decisão, fornecendo as transparências da gestão, para não haver dúvidas quanto ao uso dos recursos.

Os métodos de evidenciação contábil são utilizados por qualquer tipo de organização para alcançar seus objetivos, onde é demonstrado a situação patrimonial, econômico e financeiro que auxilia os gestores no processo decisório das entidades sem ou com finalidade lucrativa.

A vantagem de uma entidade do terceiro setor usar a ciência contábil e seus demonstrativos, das receitas e despesas, conhecendo ao final de cada exercício o seu resultado econômico, seja de Déficit ou Superavit.

É ultrapassada a ideia que a contabilidade só é importante para as entidades com fins lucrativos. Ela deixou de ser algo obrigatório não apenas uma imposição do governo, mais sim uma ferramenta de gestão, que auxilia os gestores na tomada de decisão.

6. CONCLUSÃO

Conclui-se que sendo a contabilidade uma ciência que permite a mensuração e o controle do patrimônio de uma entidade, a mesma pode ser utilizada como uma ferramenta de gestão, auxiliando os gestores na tomada de decisões.

Com o destacamento e o seu papel social e econômico na sociedade as organizações do Terceiro Setor consegue desempenhar com eficiência, fazendo que os gestores mantenham uma gestão transparente, que não hesita quanto a destinação dos recursos que foram doados, e os recursos captado seja cada vez maior. Esta pesquisa conduziu como objetivo analisar a importância da contabilidade para o Terceiro Setor e como pode ser ajudado nesse seguimento, objetivamos como resposta do problema o intuito de manter seus usuários internos e externos informados dos seus atos, trazendo uso da contabilidade como instrumento de gestão, para manter e conseguir novos investidores, sem objeção do quanto a gestão de seus recursos com o trabalho desenvolvidos nas organizações.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Osório Cavalcante; **Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor**. São Paulo: Atlas, 2005.

Artigo Político da Revista Veja, Publicado no dia 29, out.,2011 as 08hs25m. site: veja.abril.com.br

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE. **Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade**. São Paulo: CRC, 2021.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; **Teoria da Contabilidade.7 ed.** São Paulo:Atlas,2004

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; **Contabilidade comercial: atualizado conforme o novo Código Civil. 7. ed. 2. reimpr.** São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade Básica. 5 ed.** São Paulo: Atlas,1998.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para entidade Sem Fins Lucrativos: Terceiro Setor. 3° ed.** São Paulo: altas, 2010.

OLIVEIRA, Aristeu de; ROMÃO, Valdo. **Manual do terceiro setor e instituições religiosas: trabalhista, previdenciária, contábil e financeira. 4. ed.** São Paulo: Atlas, 2014.

PEREIRA, Elias et. Al. **Fundamentos da Contabilidade**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

PIMENTA, Solange Maria. **Terceiro Setor: dilemas e polêmicas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SLOMSKI, V. et al. **Contabilidade do terceiro setor: uma abordagem operacional: aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas.** São Paulo: Atlas, 2012.